ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

PROJETO DE LEI Nº 16/2025
DE 03/12/2025

[X] SESSÃO ORDINÁRIA
[ ] SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
[X] APROVADO
[ ] REJEITADO
___ TURNO
EM 08 / 12 / 2025
PRESIDENTE

Autoria: Vereador Eliano Domingo José Bridi.

PROTOCOLO
Nº 01553/2025
Data 03 / 12 /20 25
Hrs: 09 Min.: 25

"Dispõe sobre a declaração de utilidade pública à Associação de jiu jitsu de Comodoro."

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT A **Câmara Municipal de Comodoro**, Estado de Mato Grosso, aprova e eu, **Rogério Vilela Victor de Oliveira**, Prefeito Municipal de Comodoro, no uso de minhas atribuições legais, sanciono e promulgo a presente Lei, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de jiu jitsu de Comodoro, com sede na Rua dos Araçás, nº 615-N, Bairro Cristo Rei, Comodoro – MT, registrada no CNPJ sob o nº 56.949.991/0001-08.

Parágrafo Único. A Associação de jiu jitsu de Comodoro é entidade associativa de direito privado, com atividades sem fins lucrativos, sem cunho político, partidário ou religioso e com duração indeterminada, cujo Estatuto Social encontra-se devidamente registrado sob o nº 983, no registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Comodoro.

Art. 2º A Associação referida no artigo anterior, gozará de todos os benefícios previstos em leis que são ou serão concedidos às entidades declaradas de utilidade pública.

Art. 3º Para que a Associação de jiu jitsu de Comodoro

usufrua de todos os benefícios previstos, decorrentes da presente Lei, deverá cumprir fielmente as suas funções e finalidades de acordo com o que estabelece o seu Estatuto, manter regular escrituração contábil, adequado cadastramento e demais atos fiscais e deliberatórios junto ao Departamento de Fiscalização e Tributação Municipal e Diretoria eleita com mandato vigente.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Plenário Comendador Luiz Grandi, aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Eliano Domingo José Bridi
2º Secretário – Biênio 2025/2026

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Vereadores desta Câmara Municipal,

Por meio do presente Projeto de Lei, pretende-se auferir utilidade pública à Associação de jiu jitsu de Comodoro, com sede na Rua dos Aracás, nº 615-N, Bairro Cristo Rei, Comodoro – MT, registrada no CNPJ sob o nº 56.949.991/0001-08.

Isto porque, apesar do pouco tempo de sua constituição, a Associação, que tem como objetivo nevrálgico a promoção desportiva a crianças, adultos e adolescentes, tem se sobressaído não só na esfera municipal, mas também na alçada estadual como entidade de referência neste setor.

A busca pelo estímulo ao esporte e à disciplina estão atrelados ao direito fundamental de acesso à saúde; e é este desiderato que move a entidade aqui entoada.

A propósito, enfatizo a promoção de eventos voltados ao apoio para que as crianças, adolescentes e adultos saiam do ócio, do sedentarismo e busquem a prática do jiu jitsu como saúde física e principalmente, mental.

Ademais, o pilar basilar da associação é a diminuição do número de crianças e jovens no mundo dos vícios e drogas, sendo importante entoar que a entidade conta com Projetos sociais para comunidades em situação de precariedade, o que demonstra de maneira latente o interesse público que tanto consideramos.

Desta forma, por considerar que a organização que aqui se apresenta reúne os preceitos para receber o relevo de Utilidade Pública Municipal, pleiteamos pela aprovação da presente proposta legislativa.

Plenário Comendador Luiz Grandi, aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Eliano Domingo José Bridi
2º Secretário – Biênio 2025/2026

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA ASSOCIAÇÃO DE JIU-JITSU DE COMODORO

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às 19h00, no horário local de Comodoro-MT, na sede da Associação de Jiu-Jitsu de Comodoro, situada à Rua Dos Araçás, Nº 615-N, Bairro Cristo Rei, Comodoro-MT, CEP 78.310-000, realizou-se a Assembleia Geral de Fundação da **Associação de Jiu-Jitsu de Comodoro**, conforme convocação realizada pelo membro fundador Sr. **Jomar Neves da Silva Júnior**, publicada em 23 de julho de 2024.

Abertura

O Sr. **Jomar Neves da Silva Júnior**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 30181925, emitido pela SESP/MT, CPF nº 069.456.291-20, residente e domiciliado à Rua Dos Araçás, Nº 615-N, Bairro Cristo Rei, Comodoro-MT, CEP 78.310-000, abriu a assembleia, saudando os presentes e apresentando a pauta do dia, que incluiu:

- Apreciação e aprovação do Estatuto Social da Associação de Jiu-Jitsu de Comodoro.
- Eleição dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.
- Posse dos membros eleitos.
- Assuntos gerais relacionados à fundação e início das atividades da associação.

Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

- Procedeu-se então à eleição dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, conforme previsto no estatuto aprovado.

Apreciação e Aprovação do Estatuto Social

Dando seguimento à ordem do dia, o Sr. **Jomar Neves da Silva Júnior** leu e submeteu à apreciação dos presentes o Estatuto Social da Associação de Jiu-Jitsu de Comodoro. Após discussões e esclarecimentos, o Estatuto foi aprovado por unanimidade pelos presentes, sem ressalvas.

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇAO DE JIU-JITSU COMODORO

TÍTULO I

DAS DISPONIBILIDADES PRELIMINARES

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO.

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Diuffe Cordeiro da Silva
OAB/MT 18.139
OAB/DF 54.218
RG 1749872 4 SSP/MT

Art. 1º Constitui-se sob a denominação de **ASSOCIAÇAO DE JIU-JITSU COMODORO,** pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil sem fins lucrativos, com a finalidade de beneficiar os atletas, inserindo no meio o esporte para

crianças, adolescente e adulto desde que na idade da prática do esporte oferecido e escolhido, regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais.

Art. 2º A sede da associação será na Rua Dos Araçás Nº. 615-N, Bairro Cristo Rei, Comarca de Comodoro - CEP-78.310-000.

Art. 3º A associação terá como objetivo geral ensinar crianças, jovens e adultos a praticar esportes através de um programa de treinamento original e inovador, sempre em um ambiente divertido e pedagogicamente adaptado às características pessoais de cada um. A associação busca promover o enriquecimento intelectual, pessoal e humano dos praticantes, enfatizando uma formação sem a pressão de uma atividade desportiva focada exclusivamente na competição. No entanto, pretende-se abrir caminhos para carreiras no esporte oficial, participando do esporte profissional e de competições oficiais e não oficiais em todo o Brasil. Além disso, a associação se propõe a desenvolver competições internas e externas, estabelecer parcerias com escolas e outras organizações esportivas, criar programas de intercâmbio esportivo e promover a participação em campeonatos em todo o Brasil. Também se busca promover o acesso a seminários, palestras, treinamentos e outros eventos que possam melhorar a prática esportiva, tanto do Jiu-Jitsu quanto de outras atividades que a associação venha a oferecer aos seus associados.

Paragrafo Único: A Associação beneficiará a comunidade local, visando incentivar a prática do Jiu-Jitsu, dentre outras práticas esportivas que associação vier a desenvolver em conjunto com outros profissionais, inclusive incentivando a participação de campeonatos, havendo assim aproximação dos indivíduos ao lazer, aliado a possibilidade de seguir carreira.

Art. 4º Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na Lei para consecução das finalidades, podendo-se, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de: execução direta de projetos, programas ou planos de ações; celebração de convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos; doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Art. 5º O tempo de duração da associação é indeterminado.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 6º A associação será constituída de elementos humanos da comunidade de Comodoro – MT e região, considerando-os sócios, interessados em participar do processo democrático apoiando todas as medidas que beneficiarem os associados.

Art. 7º O ingresso na associação dependerá apenas do acatamento das disposições contidas neste estatuto.

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Dilulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 18.134
OAB/DF 54.218
RG 1749724 SSP/MT

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO

Art. 8º A associação como pessoa jurídica possui autonomia por delegação de competência por parte do ente estatal para exercer direitos e contrair obrigações com os recursos recebidos de órgãos governamentais em conformidade com as normas pertinentes, sendo que tem como principais atribuições:

I – Fixar as normas de funcionamento e gerenciamento da Associação;

II – Participar da elaboração das diretrizes e metas de planos de desenvolvimento do JIU-JITSU, dentre outras atividades marciais e físicas;

III – Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos associados, face às diretrizes prioritárias e metas estabelecidas no plano de desenvolvimento voltado para o desempenho de atividades esportivas, com ênfase no desenvolvimento do JIU-JITSU;

IV – Apreciar e propor alternativas relacionadas com a execução do Projeto Socias que tenho o mesmo objetivo.

V - Orientar para que os recursos sejam aplicados seguindo normas e procedimentos estabelecidos pelo regulamento e as prioridades;

VI – Julgar e promover a aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros;

VII – Apreciar e analisar sob as penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos os associados, sejam eles esportistas ou não;

VIII – Auxiliar, acompanhar, organizar, gerenciar, viagens dos associados quando forem competir em outros municípios;

IX – Incentivar e auxiliar na implantação, manutenção e conservação do local, das instalações e dos seus equipamentos da prática das atividades, seja do JUI-JITSU ou qualquer outra atividade física que associação estiver realizando;

X – Incentivar o desenvolvimento de competições voltadas para a cultura da comunidade local, regional e estadual.

XI – Analisar e emitir parecer sobre o desligamento de um ou mais membros da associação, quanto o não cumprimento das normas estabelecidas no Estatuto;

XII – Analisar e aprovar relatório bimestral e anual de trabalho da Associação;

XIII – Aprovar alterações no Estatuto;

XIV – Deliberar sobre qualquer matéria de interesse da associação não prevista neste estatuto;

XV – Realizar atividades sociais, culturais, educativas e esportivas que contribuam para a difusão e o desenvolvimento do esporte local e estadual;

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Diulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 18.114
OAB/DF 54.216
RG 17498724 SSP/MT

XVI – Promover eventos de Jiu-Jitsu assim como outras artes marciais para a comunidade como forma de engajamento e divulgação;

XVI – Podendo criar comitês específicos para áreas como marketing, eventos e captação de recursos, para auxiliar na distribuição de responsabilidades e especialização das funções, com intuito de levar a toda população o acesso e informação sobre a importância de praticar atividades esportivas, seja como objetivo de defesa pessoal, melhora da saúde, desempenho de carreira profissional, laser.

CAPÍTULO – III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º - O funcionamento da associação dar-se-á por intermédio de:

I – Reuniões, podendo ser mensais, trimestrais ou semestrais;

II – Reuniões extraordinárias (se necessárias), por convocação do presidente ou através de requerimento de um terço de seus membros.

Parágrafo Único: As convocações das reuniões ocorrerão no prazo de setenta e duas horas de antecedência, podendo esta convocação ser feita por qualquer meio de comunicação idôneo.

Art. 10 Na ausência injustificada a três reuniões consecutivas no período de seis meses ou cinco intercaladas no período de um ano implicará vacância da função de membro da associação.

Art. 11 A vacância de função do membro da associação dar-se-á por:

I – Conclusão do mandato;

II – Renúncia;

III – Aposentadoria;

IV – Destituição.

Art. 12 O mandato de cada membro da associação não será remunerado e terá duração de quatro anos sendo permitida reconduções consecutivas.

Art. 13 A associação funcionará somente com a metade mais um de seus membros e, suas deliberações, só serão válidas se tomadas por metade mais um dos votos dos presentes a reunião.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

CONFERE COM ORIGINAL
Rian Diulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 18 139
OAB/DF 54 219
RG 17498724 SSP/MT

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14 A associação compõe-se dos seguintes órgãos:

I – Diretoria executiva;

II – O conselho fiscal;

III – A assembleia geral.

Art. 15 A diretoria é órgão executivo e coordenador das ações deliberadas em assembléias geral, tendo para tanto a seguinte composição:

I – Presidente;

II – Vice-presidente;

III – Tesoureiro(a);

IV – Secretário(a);

Parágrafo Único: O mandado dos integrantes da Diretoria será de quatro anos, permitida a reeleição.

Art. 16 Ocorrendo vaga em qualquer cargo de titular da Diretoria caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do período para que fosse eleito.

Art. 17 Ocorrendo vaga entre os integrantes suplentes da Diretoria, a Assembléia Geral se reunirá no prazo máximo de trinta dias após a vacância, para eleger o novo integrante.

Art. 18 Compete a diretoria da associação:

I – Executar as ações deliberativas em assembleia;

II – Supervisionar e orientar;

III – Oferecer condições materiais para execução das ações previstas;

IV – Compor comissões, nomear, afastar e substituir seus membros quando necessário;

V – Celebrar convênios, acordos, contrato com entidades públicas e privadas, empresas estatais, com vistas à concessão dos objetivos a fins da Associação;

VI – Elaborar e executar a programação anual e plana de aplicação de recursos da Associação;

VII – Deliberar sobre a aplicação e movimentação dos recursos próprios da Associação;

VIII – Encaminhar ao conselho fiscal, a prestação de contas antes de submetê-las a prestação da assembleia geral;

CONFERE COM ORIGINAL
Rian Diulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 18.139
OAB/DF 54.218
RG 1749724 SSP/MT

IX – Manter o controle financeiro da Associação rigorosamente em dia;

X – Apresentar relatório mensal de suas atividades;

XI – Apresentar relatórios finais, acompanhados de balancete de exercício com demonstrativo completo no término de cada ano letivo, compreendendo como tal, o dia 31 (trinta e um) de dezembro.

Art. 19 Compete ao presidente:

I – Convocar, organizar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria;

II – Alocar recursos físicos e financeiros para a execução das ações deliberada pela assembléia e outras que se fizerem necessárias;

III – Autorizar despesas;

IV – Solicitar a diretoria sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receitas e despesas;

V – Administrar a Associação e divulgar suas finalidades;

VI – Administrar juntamente com o tesoureiro em consonância com o estatuto os recursos financeiros da entidade;

VII – Representar a entidade em juízo e fora dela;

Art. 20 Compete ao vice-presidente:

I – Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;

II – Desempenhar tarefas específicas determinadas pelo presidente.

III – Representar a entidade em juízo ou fora dela, conjunto com presidente ou separadamente.

Art. 21 Compete ao primeiro secretário:

I – Participar das reuniões e lavrar as atas respectivas;

II – Manter em arquivos os documentos da Associação, bem como, controlar toda correspondência recebida e expedida;

III – Manter o controle dos bens patrimoniais da associação;

IV – Assinar juntamente com o presidente a correspondência expedida;

V – Conservar o livro de atas em dia e sem rasuras;

VI – Elaborar juntamente com os demais membros da diretoria, o relatório anual.

Art. 22 Compete ao segundo secretário:

I – Substituir o primeiro secretário em seus impedimentos;

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Didice Cordeiro da Silva
OAB/MT 18 139
OAB/DF 54.218
RG 1749872A SSP/MT

II – Desempenhar tarefas específicas determinadas pelo primeiro secretário.

Art. 23 – Compete ao primeiro tesoureiro:

I - Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados à Associação, mantendo em dia a escrituração;

II - Efetuar os pagamentos de todas as obrigações da Associação;

III - Acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade da Associação, contratados com profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;

IV - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;

V - Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;

VI - Apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;

VII - Publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;

VIII - Elaborar, com base no orçamento realizado no exercício, a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida à Diretoria, para posterior apreciação da Assembleia Geral;

IX - Manter todo o numerário em estabelecido de crédito;

X - Conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;

XI - Assinar, em conjunto com o Presidente, todos os cheques emitidos pela Associação.

Art. 24 Compete ao segundo tesoureiro:

I – Substituir o primeiro tesoureiro em seus impedimentos;

II – Auxiliar o primeiro tesoureiro no exercício das suas funções;

III – Auxiliar o primeiro secretário no cumprimento de suas atribuições e competências;

TÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 25 O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da associação e será constituído por dois membros efetivos e dois membros suplentes, sendo eleitos para um mandato de 04 (quatro) anos.

Art. 26 O Conselho Fiscal será presidido por um de seus membros, a ser escolhido a critério dos mesmos.

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Dulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 28.139
OAB/DF 54.218
RG 17498724 SSP/MT

Art. 27 Compete ao Conselho Fiscal:

I – Fiscalizar as ações e a movimentação financeira da Associação (entradas, saídas, e aplicações de recursos emitidos pareceres para posterior apreciação da assembleia geral);

II – Solicitar prestação de contas da diretoria executiva a qualquer momento que necessário.

III - Assumir a direção da **ASSOCIAÇÃO DE JIU-JITSU DE COMODORO** em caso de renúncia coletiva da Diretoria por um prazo de até trinta dias, período este que deverá convocar Assembléia Geral Extraordinária para eleição da nova Diretoria.

TÍTULO V

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 28 A assembléia geral será constituída pela totalidade dos associados e será soberana em suas deliberações, respeitadas as disposições deste estatuto.

Art. 29 A assembléia geral será convocada pelo presidente ou a pedido de um terço de seus membros ou associados em requerimento dirigido ao mesmo.

Art. 30 Poderão participar das assembléias gerais da Associação, com direito a voz e não a voto todos os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria executiva.

Art. 31 A Assembleia geral será Ordinária ou Extraordinária.

§ 1° A assembléia geral ordinária será convocada e presidida pelo presidente da associação, com no mínimo cinco dias de antecedência.

§ 2° A assembléia geral ordinária ocorrerá pelo menos duas vezes por ano, ou segundo prazo estabelecido pelo estatuto, em primeira convocação, trinta dias depois, com qualquer número de associados.

§ 3° As deliberações das assembléias gerais serão aprovadas por metade mais um dos sócios presentes.

Art. 32 A Assembleia geral extraordinária é convocada pelo Presidente da Associação, por um terço dos membros do Conselho Fiscal ou associados.

§ 1° A assembléia geral extraordinária será convocada e presidida pelo presidente da Associação ou por seu substituto legal, sempre que se fizer necessário.

§ 2° As decisões tomadas pela assembléia só terão validade se aprovada pela maioria absoluta (primeira convocação) ou pela maioria simples presente (segunda convocação) de seus membros, decorridos trinta dias da primeira convocação.

§ 3° Compete a Assembleia Geral Extraordinária:

a) Deliberar assuntos não previstos neste estatuto;

b) Transformar as finalidades e ou serviços oferecidos pela associação;

Celton Agostini

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Diulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 16.139
OAB/DF 24.218
RG 1749872-8 SSP/MT

c) Alterar o estatuto;

d) Destituir a Diretoria quando for o caso;

e) Alterar o nome da associação, se for necessário.

TÍTULO VI

DOS ASSOCIADOS

Art. 33 São associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem admitidos como tais, sendo aprovados pela Diretoria da associação, pertencendo todos a uma única categoria.

Art. 34 – São sócios da associação:

I – Sócios efetivos;

II – Sócios colaboradores;

III – Sócios beneméritos;

§ 1° São considerados sócios efetivos os membros que compõe a mesa diretora e o conselho fiscal.

§ 2° Os pais de alunos associados, assim como professores de escolas que desenvolvam alguma atividade esportiva com objetivos similares ao desta Associação, poderão ser considerados sócios colaboradores.

§ 3° Também poderão ser considerados sócios colaboradores os membros da comunidade que apoiam a Associação.

§ 4° São sócios beneméritos aqueles que forem considerados pela diretoria ouvida em Assembléia Geral, dignos de distinção pelos relevantes serviços prestados a associação.

§ 5° Os sócios colaboradores, **não tem direito de votar ou de ser votado**, os que forem aceitos para estarem auxiliando em quaisquer das atividades desta Associação, deverão respeitar todas as regras, sob pena de serem impedidos de participarem ou estarem presentes nas atividades desenvolvidas pela Associação.

Art. 35 Será desligado da associação, a critério da diretoria, ouvida em assembléia geral, o associado que se revelar repetidamente, por sua conduta, contrário às orientações legais da Associação.

Parágrafo Único: A assembleia geral manifestará sua decisão através de aclamação.

Art. 36 Os associados que não desempenhe atividades de alguma forma para Associação, não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações constituídas pela Associação.

Art. 37 Todo associado recebe um termo de treinamento que contêm regras e condutas desta associação, neste contém todas as ações que serão feitas pela associação em

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Ruan Dulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 28.139
OAB/DF 54.218
RG 1749724 SSP/MT

determinadas situações. Este termo poderá sofrer alterações, mas estas serão informadas a todos associados através de algum meio de comunicação.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES DISCIPLINARES

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS

Art. 37 São direitos dos associados:

I - Participar das atividades da associação;

II - Tomar ciência das descrições da assembleia geral;

III - Colaborar no desenvolvimento da Associação;

IV – Apresentar sugestões e propostas de interesses sociais, culturais, administrativos da Associação;

V – Solicitar informações por escrito, fundamentando o intuito da mesma, sob pena de ser negado a informação;

VI – Solicitar apresentação de balancetes e prestação de contas, caso tenha fundada suspeita de irregularidades, devendo ser solicitado por escrito com nome, assinatura, identificação do associado que solicitar, esclarecimentos ou justificativas.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES

Art. 38 São deveres dos associados:

I - Respeitar e cumprir as decisões das assembléias e demais órgãos dirigentes da entidade;

II - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e demais disposições internas;

III – Colaborar nas realizações sociais e culturais da Associação;

IV – Cooperar nos trabalhos associativos;

V – Integralizar a contribuição social, fixada anualmente pela diretoria e aprovada em assembleia geral.

Art. 39 Os associados perdem seus direitos:

I - Ao deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;

II - Ao infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Diulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 18.139
OAB/DF 50.218
RG 1749724 SSP/MT

III - Ao praticarem atos nocivos ao interesse da Associação;

IV - Ao praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da Associação ou de seus membros;

V - Ao praticarem atos ou valerem-se do nome da Associação para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

Parágrafo Único: Em qualquer das hipóteses previstas acima, além de perderem seus direitos, os associados poderão ser excluídos da associação por decisão da Diretoria, cabendo recurso à Assembléia Geral, que decidirá, por maioria de votos, sobre a exclusão ou não do associado, em Assembléia especialmente convocada para esse fim, bem como poderá a associação acionar em juízo se houver causado danos a seu nome ou a sua idoneidade moral.

Art. 40 Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade, de carta datada e assinada.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 41 Os associados da Associação são passíveis das seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Suspensão;

III – Desligamento.

§ 1º A advertência será aplicada pela diretoria da associação.

§ 2º A suspensão e o desligamento serão aplicados pela diretoria da associação ouvidos em assembléia geral.

§ 3º Nenhuma penalidade poderá ser aplicada sem ampla e prévia defesa por parte do associado.

§ 4º Caberá ao penalizado recorrer da penalidade a ele imposta no prazo máximo de quarenta e oito horas a contar da data da decisão da penalidade.

TÍTULO VIII

DAS ELEIÇOES

CAPÍTULO I

DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Diego Cordeiro da Silva
OAB/MT 18.139
OAB/DF 54.218
RG 1749724 SSP/MT

Art. 42 Para organizar o processo de eleição deverá ser escolhido em assembleia geral, que delibera todas as ações pertinentes a tal processo.

Art. 43 Os membros eleitos terão mandato de quatro anos permitido à reeleição.

Art. 44 Antes de findar o mandato, realizar-se-ão as eleições no prazo hábil para garantir a nova composição da Associação, respeitando o prazo da administração anterior.

Artigo 45 – A posse dar-se-á na data subseqüente ao vencimento do mandato da gestão anterior. Neste caso iniciou em 06/08/2024, findando o mandato em 06/08/2028.

Parágrafo Único: Quem estiver presidindo a reunião de fundação dará posse ao presidente da Associação e este aos demais membros da diretoria, devendo a posse ser lavrada em ata.

TÍTULO IX

DO PATRIMONIO E RENDAS

CAPÍTULO I

DO PATRIMONIO

Art. 46 O patrimônio é constituído pelos bens móveis e imóveis adquiridos ou doados para Associação, sempre em benefício e utilização desta e de seus membros.

Parágrafo Único: Em caso de dissolução da Associação, todos os bens móveis e imóveis e valores quaisquer, reverter-se-ão em benefício de outras associações a escolha desta associação.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 47 Os artigos financeiros da Associação proverão:

I – De taxas, mensalidades, ajudas de custo, pagas pelos associados;

II – De subseção e auxílio eventualmente concedido à Associação pelos poderes públicos, pessoas físicas ou jurídicas;

III – De campanhas diversas;

IV – Oriundos de celebração de convênio, acordos e contratos com entidades públicas, privadas, empresas estatais nacionais ou internacionais;

Art. 48 Os recursos financeiros da **ASSOCIAÇÃO DE JIU-JITSU DE COMODORO,** serão depositados em contas a ser mantida em um Banco a livre escolha do presidente, vice-presidente e tesoureiro, podendo haver movimentação financeira através de cheques nominais, deverá conter assinatura de dois destes membros: presidente, vice-presidente, tesoureiro ou vice-tesoureiro.

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Diulfce Cardeiro da Silva
OAB/MT 18.139
OAB/DF 54.218
RG 17498724 SSP/MT

Art. 49 Para efetuação do gerenciamento dos recursos recebidos preferencialmente será através de conta bancária, salvo em casos excepcionais onde será aceito o repasse direto mediante a confecção de recibo e celebração de contrato para execução de convênio.

Parágrafo Único: No caso de não existir localidade nenhum estabelecimento bancário, poderá os recursos serem entregues em mão respeitando o previsto no *caput*.

TÍTULO X

DA INTERVENÇÃO E DISSOLUÇÃO

CAPÍTULO I

DA INTERVENÇÃO

Art. 50 Pela indevida aplicação de renda responderão solidariamente os membros da diretoria que houverem autorizado ou aprovado à despesa ou efetuado o pagamento.

Art. 51 Quando as atividades da associação contrair as finalidades definidas neste Estatuto ou ferirem a legislação vigente poderá haver intervenção mediante solicitação do Conselho Fiscal às autoridades competentes.

CAPÍTULO II

DA DISSOLUÇÃO

Art. 52 A associação somente poderá ser dissolvida:

I - Em virtude de lei;

II – Por decisão de dois terços de seus associados manifestados em assembléia geral especificamente convocada para tal fim.

III – Por desativação da unidade a que pertence se não houver mudança para outra unidade.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

Art. 53 Os sócios não responderão pelas obrigações da Associação.

Art. 54 As atitudes da Associação regerão pelo presente Estatuto, pelos manuais operativos, pelas normas que emanarem de outros órgãos e autoridades nos termos da legislação em vigor.

Art. 55 O presente estatuto só poderá ser alterado, mediante proposta aprovada por dois terços da totalidade dos membros da associação.

Celiton Siqueira Júlio

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Diulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 18.139
OAB/DF 54.218
RG 17498724 SSP/MT

Art. 56 Os membros colaboradores poderão receber remuneração pelas atividades profissionais ou funcionais prestadas em favor da associação, independente da ocupação de cargos na Associação.

Art. 57 A associação constituirá um fundo de reserva para situação emergencial cujo percentual deverá ser decidido pela diretoria.

Art. 58 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único: O presente entrará em vigor na data de sua aprovação revogada as disposições contrárias.

Art. 59 Fica eleito o Foro de Comodoro – Mato Grosso para qualquer ação fundada neste estatuto.

Membros Diretoria

Presidente: Jomar Neves da Silva Júnior, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 09/08/2000, filho de Jomar Neves da Silva e Jerdenice Oliveira da Silva, portador do RG nº 30181925, emitido pela SESP/MT, CPF nº 069.456.291-20, residente e domiciliado à Rua Dos Araçás, Nº 615-N, Bairro Cristo Rei, Comodoro-MT, CEP 78.310-000.

Vice-Presidente: Rian Diulice Cordeiro da Silva, brasileiro, casado, advogado, inscrito nos quadros da OAB/MT sob nº 18139, nascido em 15/09/1987, filho de Sirlene Cordeiro da Silva, portador do RG nº 17498724, emitido pela SSP/MT, CPF nº 025.000.361-97, residente e domiciliado à Rua Dos Araçás, Nº 392-N, Bairro Cristo Rei, Comodoro-MT, CEP 78.310-000.

1º Tesoureiro(a): Fabiula Mesquita de Freitas Cordeiro, brasileira, casada, estudante, nascida em 07/10/1994, filha de Santelino Jose de Freitas e Oniria Flores Mesquita de Freitas, portadora do RG nº 1953690-9, emitido pela SSP/MT, CPF nº 028.917.161-08, residente e domiciliada à Rua Dos Araçás, Nº 392-N, Bairro Cristo Rei, Comodoro-MT, CEP 78.310-000.

2º Tesoureiro(a): Alex Sandro Capistrano de Souza, brasileiro, casado, autônomo, nascido em 22/09/1983, filho de Geraldo Capistrano de Souza e Vera Lucia Vialta de Souza, portador do RG nº 86674009, emitido pela SESP/PR, CPF nº 044.566.199-29, residente e domiciliado à Rua das Goiabeiras, nº 1065, Bairro São Francisco, Comodoro-MT, CEP 78.310-000.

1º Secretário(a): Bruno Ribeiro Freitas, brasileiro, casado, vendedor, nascido em 01/08/1996, filho de Gesiel Gama Freitas e Sonia Ribeiro Chaves, portador do RG nº 24178187, emitido pela SEJSP/MT, CPF nº 046.493.481-88, residente e domiciliado à Rua Maranhão, nº 318-N, Bairro Jardim Mato Grosso, Comodoro-MT, CEP 78300-000.

2º Secretário: Julio Gomes Viana, brasileiro, convivente, mecânico, nascido em 13/02/1996, filho de Jonerci G Viana e Rosangela Aparecida Munhoz, portador do RG nº 26685558, emitido pela SEJSP/MT, CPF nº 058.363.641-17, residente e domiciliado à Rua Antonio Batista da Costa, Centro, Comodoro-MT, CEP 78300-000.

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Diulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 18.139
OAB/DF 54.216
RG 17498724 SSP/MT

Membros do Conselho Fiscal

Membro Efetivo: Maicon Aparecido Maria, brasileiro, solteiro, mecânico, nascido em 10/07/1998, filho de Milton Marcelo Maria e Maria Vanilda dos Santos, portador do RG nº 21233535, emitido pela SSP MT, CPF nº 065.617.851-50, residente e domiciliado à Rua Pernambuco, s/nº, Bairro Setor Industrial, Comodoro-MT, CEP 78300-000.

Membro Suplente: Célitom Amorim Aguera Moreira da Silva, brasileiro, casado, funileiro, nascido em 23/10/2005, portador do CPF nº 081.167.831-81, natural de Aripuanã/MT, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais, nº 460-N, Cristo Rei, Comodoro-MT, CEP 78300-000.

Após a eleição, os membros eleitos foram empossados em seus respectivos cargos, comprometendo-se a desempenhar suas funções de acordo com o Estatuto Social e em benefício da Associação.

Assuntos Gerais

Nos assuntos gerais, discutiu-se sobre as primeiras ações a serem tomadas pela nova diretoria, incluindo a compra de tatames para o espaço de treino, a organização de eventos para angariar fundos, e a estratégia para aumentar o número de associados. Ficou decidido que a diretoria iniciará imediatamente o processo de registro da associação no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Comodoro-MT.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o Sr. **Jomar Neves da Silva Júnior** agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia às 21h00. Eu, **Bruno Ribeiro Freitas**, 1º Secretário, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Comodoro – Mato Grosso dia 06 de agosto de 2024.

Jomar Neves da Silva Júnior
Presidente

Rian Diulice Cordeiro da Silva
Vice-Presidente

2º serviço Notarial
Comodoro/MT
RECONHECO A FIRMA

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Diulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 18.139
OAB/DF 54.218
RG 17498724 SSP/MT

Célitom Aguera

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL CIVIL PROTESTO E PESSOA JURÍDICA
Rua Rio Grande do Sul, 2764 - CEP: 78320-000 - Tel/Fax: (66) 3358-1169
TABELIÃO OFICIAL: VALDEIR DOS SANTOS VIEIRA

Reconheço por semelhança a firma de: JOMAR NEVES DA SILVA JUNIOR

Selo: CEB - 31869 Cod: 22

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos

Comodoro-MT 13/08/2024 Valor: R$ 08,70

Funcionario: MICAELA

Noemi Teixeira da Silva Tomazeli de Souza

NOEMI TEIXEIRA DA SILVA TOMAZELI DE SOUZA

CPF: 024.396.072-15

ESCREVENTE JURAMENTADA

COMARCA DE COMODORO/MT

Fabiula Mesquita de Freitas Cordeiro
1º Tesoureiro(a)

Alex Sandro C. de Souza
Alex Sandro Capistrano de Souza
2º Tesoureiro(a)

Bruno Ribeiro Freitas
1º Secretário

Júlio Gomes Viana
2º Secretário

Maicon Aparecido Maria
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Céliton Amorim Aguera Moreira da Silva
Membro Suplente do Conselho Fiscal

Rian Diulice Cordeiro da Silva
Advogado OAB/MT 18.139

CONFERE COM ORIGINAL
Dr. Rian Diulice Cordeiro da Silva
OAB/MT 18.139
OAB/DF 54.218
RG 17498724 SSP/MT

R-9831/Lº A-131/Fls 200

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE COMODORO - MT

Protocolado sob nº ..... fls ..... livro .....
Registro nº ..... livro ..... fls .....
Comodoro - MT ..... / ..... / .....

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL CIVIL PROTESTO E PESSOA JURÍDICA
Rua Rio Grande do Sul, 279-E - CEP: 78310-000 - Tel./Fax: (65) 3383-1160
TABELIÃO OFICIAL VALDEIR DOS SANTOS VIEIRA

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
ATO DE NOTAS E REGISTROS
Cod. Ato(s) 107,108
CEB 31848 R$129,26

Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos

NOEMI TEIXEIRA DA SILVA
TOMAZELI DE SOUZA
CPF: 524.396.072-15
ESCREVENTE - JURAMENTADA
COMARCA DE COMODORO/MT

AV-01/9831/Lº A-131/Fls 200

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE COMODORO - MT

Protocolado sob nº ..... fls ..... livro .....
Registro nº ..... livro ..... fls .....
Comodoro - MT ..... / ..... / .....

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL CIVIL PROTESTO E PESSOA JURÍDICA
Rua Rio Grande do Sul, 279-E - CEP: 78310-000 - Tel./Fax: (65) 3383-1160
TABELIÃO OFICIAL VALDEIR DOS SANTOS VIEIRA

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
ATO DE NOTAS E REGISTROS
Cod. Ato(s) 103
CEB 31849 R$37,30

Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos

NOEMI TEIXEIRA DA SILVA
TOMAZELI DE SOUZA
CPF: 524.396.072-15
ESCREVENTE - JURAMENTADA
COMARCA DE COMODORO/MT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
56.949.991/0001-08 **MATRIZ**		**13/08/2024**

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE JIU JITSU DE COMODORO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ASSOCIACAO DE JIU JITSU DE COMODORO	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOS ARACAS	**615N**	**CASA QUADRA076 LOTE 0007**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.310-000	**CRISTO REI**	**COMODORO**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
DHAYSEASSESSORIACONTABIL@GMAIL.COM	**(65) 9342-7501/ (65) 9933-7861**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/08/2024**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/10/2025** às **10:10:29** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2675563826

2 e 1 NOME E SOBRENOME: MAICON APARECIDO MARIA

1ª HABILITAÇÃO: 24/08/2023

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 10/07/1998, ALTA FLORESTA, MT

4a DATA EMISSÃO: 24/08/2023

4b VALIDADE: 23/08/2024

ACC:

P

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF: 21233535 SSP MT

4d CPF: 065.617.851-50

5 Nº REGISTRO: 08276122320

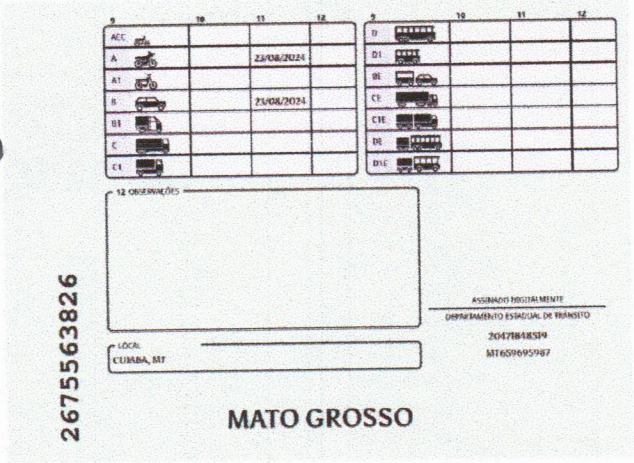
9 CAT HAB: AB

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: MILTON MARCELO MARIA

MARIA VANILDA DOS SANTOS

7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A		23/08/2024	
A1			
B		23/08/2024	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
20478848519
MT659695987

LOCAL: CUIABA, MT

2675563826

MATO GROSSO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA082761223<201<<<<<<<<<<<<
9807109M2408231BRA<<<<<<<<<<<4
MAICON<<APARECIDO<MARIA<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2488320460

2 e 1 NOME E SOBRENOME
RIAN DIULICE CORDEIRO DA SILVA

1ª HABILITAÇÃO
14/11/2007

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
15/09/1987, PIMENTA BUENO, RO

4a DATA EMISSÃO
19/10/2022

4b VALIDADE
18/10/2032

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
1749872A SSP MT

4d CPF
025.000.361-97

5 Nº REGISTRO
04231283307

9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
NAO DECLARADO

SIRLENE CORDEIRO DA SILVA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		18/10/2032	
A1			
B		18/10/2032	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
16600027763
MT656252537

LOCAL
CUIABA, MT

MATO GROSSO

2488320460

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA042312833<079<<<<<<<<<<<<
8709158M3210189BRA<<<<<<<<<<<4
RIAN<<DIULIC<CORDEIRO<DA<SILVA

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado de Mato Grosso
Secretaria de Segurança Pública

Nome / Name
CÉLITON AMORIM AGUERA MOREIRA DA SILVA
Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number
081.167.831-81

Sexo / Sex
M

Data de Nascimento / Date of Birth
23/10/2005

Nacionalidade / Nationality
BRA

Naturalidade / Place of Birth
ARIPUANÃ/MT

Validade / Expiry
24/02/2034

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Filiação / Filiation
CÉLIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
RODRIGO BARBOSA AMORIM

Órgão Expedidor / Card Issuer
POLITEC-INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
DR. AROLDO MENDES DE PAIVA

Local / Place of Issue
CUIABÁ

Emissão / Issue
24/02/2024

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature
Angela Quatti Nogarol Teixeira
Diretora do Instituto de Identificação

P 076

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2459530087

2 e 1 NOME E SOBRENOME: ALEX SANDRO CAPISTRANO DE SOUZA

1ª HABILITAÇÃO: 29/06/2007

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 22/09/1983, CASCAVEL, PR

4a DATA EMISSÃO: 04/11/2022

4b VALIDADE: 04/11/2032

ACC:

D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF: 86674009 SESP PR

4d CPF: 044.566.199-29

5 Nº REGISTRO: 04130928386

9 CAT HAB: AB

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO:
GERALDO CAPISTRANO DE SOUZA
VERA LUCIA VIALTA DE SOUZA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A		04/11/2032		D1			
A1				BE			
B		04/11/2032		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES:

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
16564123332
PR922381064

LOCAL: CURITIBA, PR

2459530087

PARANÁ

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permiso de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

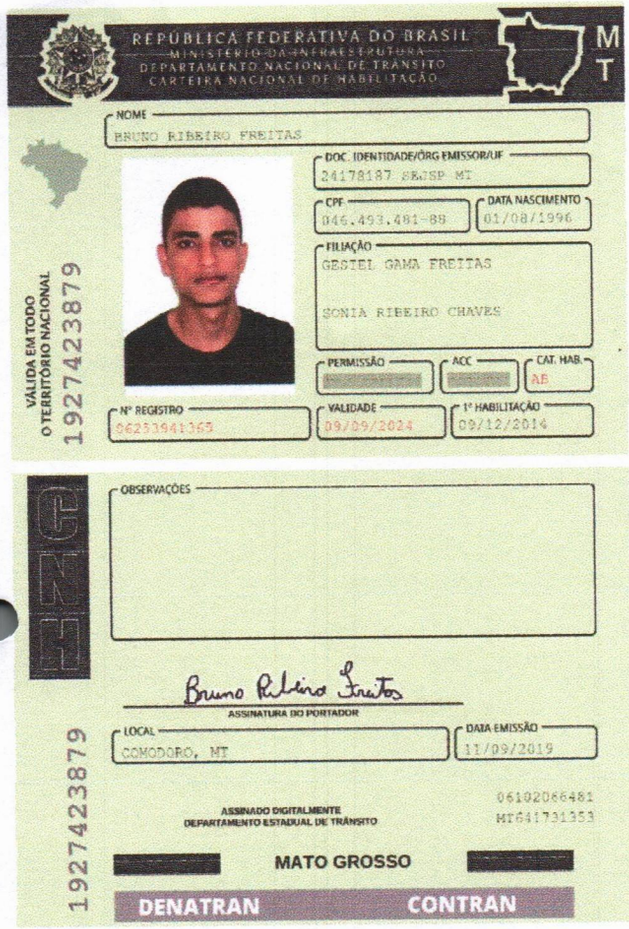
I<BRA041309283<868<<<<<<<<<<<<
8309226M3211049BRA<<<<<<<<<<<0
ALEX<<SAND<CAPISTRANO<DE<SOUZA

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MT

NOME
BRUNO RIBEIRO FREITAS

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
24178187 SESP MT

CPF
046.493.481-89

DATA NASCIMENTO
01/08/1996

FILIAÇÃO
GESIEL GAMA FREITAS

SONIA RIBEIRO CHAVES

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06253941363

VALIDADE
09/09/2024

1ª HABILITAÇÃO
09/12/2014

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1927423879

OBSERVAÇÕES

Bruno Ribeiro Freitas
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
COMODORO, MT

DATA EMISSÃO
11/09/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

06102066481
MT641731353

MATO GROSSO

DENATRAN CONTRAN

1927423879

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

M T

NOME
FABIULA MESQUITA DE FREITAS

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
19536909 SSP MT

CPF
028.917.161-08

DATA NASCIMENTO
07/10/1994

FILIAÇÃO
SANTELINO JOSE DE FREITAS
ONIRIA MESQUITA DA SILVA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06147913715

VALIDADE
09/03/2026

1ª HABILITAÇÃO
13/06/2014

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2230542418

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
COMODORO, MT

DATA EMISSÃO
15/06/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

69180864942
MT646212109

MATO GROSSO

DENATRAN CONTRAN

2230542418

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

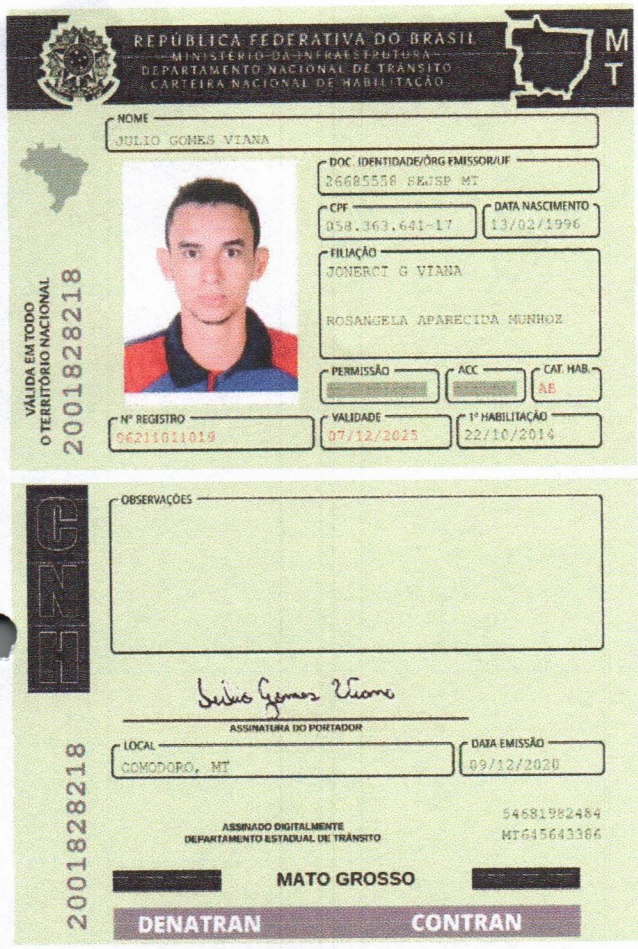


QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

M
T

NOME
JULIO GOMES VIANA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG.EMISSOR/UF
26685538 SESP MT

CPF
058.363.641-17

DATA NASCIMENTO
13/02/1996

FILIAÇÃO
JONERCI G VIANA

ROSANGELA APARECIDA MUNHOZ

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06211011019

VALIDADE
07/12/2021

1ª HABILITAÇÃO
22/10/2014

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2001828218

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
COMODORO, MT

DATA EMISSÃO
09/12/2020

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

54681982484
MT645643366

MATO GROSSO

DENATRAN CONTRAN

2001828218

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN